

“UMA HISTÓRIA FEITA POR MÃOS NEGRAS”: É TEMPO DE NOS AQUILOMBAR

“UMA HISTÓRIA FEITA POR MÃOS NEGRAS”: IT’S TIME TO MAKE
KILOMBOS

Jéssica Lins de Souza Fernandes 1

Resenha

*“A história da raça negra ainda está por fazer, dentro de
uma história do Brasil ainda a ser feita”*
Beatriz Nascimento

Beatriz Nascimento nos faz esta provocação em 1974, ano em que publica seus primeiros ensaios. Ao propor uma *história do negro no Brasil*, Beatriz criticava as elites acadêmicas que insistiam em pautar os estudos sobre a população negra brasileira somente a partir das questões de classe, desconsiderando as relações raciais. É a partir deste desejo de re-escrever uma história do Brasil feita por e com negras e negros, que se desenrola parte de sua obra.

Beatriz Nascimento, que hoje dá nome à principal biblioteca do Arquivo Nacional, foi uma célebre historiadora, professora, poeta e ativista brasileira que fez sua breve e potente passagem terrena entre 1942 e 1995. Embora curto, seu percurso foi *luminoso* – usando palavras de Muniz Sodré – e deixou profundas marcas no pensamento sobre as relações raciais, os quilombos e os movimentos negros no Brasil e em África. Sua trajetória *atlântica* é apresentada através de 24 artigos de sua autoria, organizados cuidadosamente em quatro partes por Alex Ratts no livro “Uma história feita por mãos negras”, publicado em 2021 pela Editora Zahar.

Atualmente professor na Universidade Federal de Goiás, Alex Ratts é mestre em Geografia Humana, Doutor em Antropologia Social e, há tempos, um grande estudioso do legado de Beatriz Nascimento. Antes dessa compilação, o escritor já havia publicado “Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento” (Instituto Kwanza, 2006) e organizado o livro “Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento” (Ogum’s Toques Negros, 2015).

Na primeira parte do livro, “Intelectualidade, relações raciais e de gênero”, são apresentados quatro textos de Beatriz, publicados entre 1974 e 1977 – período de distensão da ditadura militar brasileira e momento em que havia uma expressiva entrada de estudantes negras e negros nas universidades brasileiras, sobretudo no Rio de Janeiro. Beatriz, que ingressara no curso de Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1968, anuncia, principalmente nos dois primeiros textos da seção, a crítica ao modo como percebe o trato das questões relativas à população negra por suas e seus colegas de Academia, além da forma disciplinar e fragmentada com que se concebem tais estudos.

1 Licenciada em Matemática, Mestra e Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Grupo de Pesquisa Alteritas, Instituto de Estudos de Gênero, Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0995222432959216>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0559-8705>. E-mail: jessicalins.souza@gmail.com.

Para a autora, em vez de se pensar na história da população negra brasileira a partir do enfoque etnográfico, religioso, econômico ou social, é preciso empreender pesquisas do ponto de vista racial. Para isso, no entanto, Beatriz destaca que é necessário também pensar em metodologias próprias e aponta as dificuldades que as metodologias usadas até então tinham para de fato alcançarem o entendimento ampliado que ela propõe.

Ainda hoje, dificuldades e possibilidades metodológicas têm sido foco de discussões de grupos de pesquisa engajados com a produção no campo das Relações Raciais (PASSOS, SANTOS, 2021). As saídas apontadas por Beatriz passam pela inclusão da subjetividade nas pesquisas, assim como a autoria, a disputa e assunção das narrativas da população negra por ela mesma:

É tempo de falarmos de nós mesmos. Não como ‘contribuintes’ nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação (NASCIMENTO, 2021, p.53).

Dos quatro textos que compõem a primeira parte do livro, é importante destacar que os dois últimos, “A mulher negra no mercado de trabalho” e “Nossa democracia racial”, foram publicados em veículos de grande circulação e com títulos bastante contundentes, mostrando uma abertura da mídia impressa, certamente não livre de intenções, para o debate sobre as questões raciais naquele momento. No primeiro, uma reflexão sobre a correlação entre mecanismos de discriminação social por raça, classe e gênero, a autora publiciza a múltipla inferiorização social das mulheres negras em uma “sociedade colonial [que] se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda a sua estrutura” (NASCIMENTO, 2021, p. 55). O segundo é parte de um caderno especial na revista *IstoÉ* cujo título era “O negro no Brasil” e que trazia, além de Beatriz Nascimento, textos de seu orientador no Mestrado inacabado em História da Universidade Federal Fluminense, Muniz Sodré.

A segunda parte do livro se intitula “Escravidão, fugas e quilombos” e conta com sete textos publicados entre 1975 e 1979, sendo quatro resenhas de livros e uma réplica à carta de um leitor que contesta uma dessas resenhas – a do livro “O negro na luta contra a escravidão”, de Luiz Luna. Nesta, que leva o provocador título de “Conceitos ultrapassados”, Beatriz tece duras críticas ao fato de o livro ter sido republicado sem nenhum tipo de revisão ou atualização, desconsiderando os avanços nos estudos sobre o tema. Para a autora,

A reedição de sua obra, sem uma conveniente revisão e atualização, corre o risco de servir principalmente para a cristalização de mal-entendidos que dificultam a formação de uma consciência livre de elementos racistas entre as gerações atuais de brasileiros (NASCIMENTO, 2021, p.89).

Na metalinguagem em que o presente texto se encontra, aproveitamos para dizer que, além de concordarmos com a crítica feita por Beatriz Nascimento em sua resenha, destacamos o cuidado primoroso da reedição, revisão e atualização de Alex Ratts. O leitor do texto da autora no *Jornal do Brasil*, no entanto, enviou-lhe alguns *reparos* sobre aspectos das sociedades da área de Congo-Angola citados pela autora em sua resenha. Os apontamentos foram respondidos e refutados através de um artigo publicado no mesmo veículo e que, segundo a autora, era movido “menos por espírito de polêmica do que por zelo didático” (NASCIMENTO, 2021, p. 90).

Os dois últimos artigos da seção, “Zumbi de *Ngola Djanga* ou Angola Pequena ou do Quilombo dos Palmares” e “O Quilombo do Jabaquara”, são introduções para seus grandes estudos e produções sobre quilombos. O primeiro fora publicado no mesmo *Jornal do Brasil*, próximo ao dia 20 de novembro – o que nos faz pensar em como esta presumida abertura da mídia, desde muito, parece acontecer somente em datas específicas. No texto, no entanto, Beatriz faz um belo e metucioso histórico da movimentação geopolítica do Quilombo de Palmares, atentando para o uso da linguagem de fácil acesso que o veículo de grande e heterogênea circulação demanda. O segundo, por sua vez, nos dá indícios do entendimento da autora sobre quilombos – e que ela aprimoraria mais tarde – quando enfatiza que o dito *Quilombo de Jabaquara*, por não ter sido

organizado espontaneamente por pessoas que haviam sido escravizadas e por ter obedecido a uma necessidade econômica, não era, portanto, um quilombo. A partir deste texto, Beatriz começa a tecer sua concepção de que quilombos são, sobretudo, “um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados” (NASCIMENTO, 2021, p. 105).

Na terceira parte do livro, “O quilombo como sistema alternativo”, enfim, são apresentadas seis produções de Beatriz relacionadas ao seu projeto de pesquisa “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas” – incluindo parte do relatório do projeto desenvolvido entre 1978 e 1981 com apoio da Fundação Ford e um relato de trabalho de campo realizado no *Kilombo*, em Carmo da Mata (MG). Desses textos, dois não chegaram a ser publicados por Beatriz, de modo que são cópias de originais datilografados encontrados no acervo da autora, doado por sua filha Bethania Nascimento Freitas Gomes ao Acervo Nacional. Além disso, um dos textos é uma publicação póstuma, realizada em 1997, de um original encontrado no mesmo acervo.

Os textos desta seção, a maior do livro, se concentram em uma questão fundamental para Beatriz: a história e a historiografia, até aquele momento, não se ocupavam em discutir os quilombos em sua plenitude, limitando-se apenas a repetir a parca definição oficial de *habitação de negros fugidos*. Para ela, no entanto, quilombo assumia sentido de resistência ao sistema escravagista com forte significado ideológico, defendendo que a busca de quilombolas por uma nova organização vai muito além de reação de fuga ou defesa. De fato, os *aquilombamentos*, para Beatriz, se constituem como uma atitude de conservação no sentido histórico e de sobrevivência grupal, que se apresenta como “assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural” (NASCIMENTO, 2021, p. 124).

A pesquisadora indica também a composição complexa dos quilombos – o que inclusive reforça a tese de que os grupos não se reuniam como tal para fugir, visto que havia entre quilombolas pessoas negras libertas. Ainda, demarca a presença de indígenas e de pessoas brancas nos territórios quilombolas – destacando que, deste último grupo, participavam somente mulheres brancas, afirmando quilombos como resistência a diferentes regimes de opressão do colonialismo patriarcal.

Um dos pontos em que Beatriz se detém é em relação à procura da *continuidade histórica* dos quilombos em seus estudos – o que ela define como um sonho enquanto pesquisadora. E justifica:

Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato que a ‘sobrevivência’ ou ‘resistência cultural’ dos antropólogos. A continuidade seria a vida do homem – e dos homens – permanecendo aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros (NASCIMENTO, 2021, p. 139).

Assim, formula e defende que *favelas, terreiros, escolas de samba* e outros espaços negros recreativos e de sociabilidades são continuidade histórica dos quilombos de outrora, os quais, por sua vez, possuem correlação com o *Kilombo* africano, de origem angolana, na história da pré-diáspora.

Dos deslocamentos feitos pela historiadora quanto ao entendimento de quilombo que se tinha documentado na época, sobretudo a partir dos estudos de Edison Carneiro e Décio Freitas, podemos destacar as ideias de pensar nas sujeitas e nos sujeitos do quilombo não como *fujões* ou *escravos fugidos*, mas como negras, negros e quilombolas e, ainda, pensar no quilombo como um lugar de *paz* e não de conflito. Para Beatriz, o grande *medo branco* – parafraseando aqui Celia Maria Marinho de Azevedo, não estava nos conflitos armados, mas sim nos momentos de *paz quilombola*, em que relações econômicas e sociais eram mantidas dentro e fora dos territórios, pelo caráter produtivo que o quilombo assume como núcleo de pessoas livres, de prática de liberdade.

Finalmente, a última parte do livro, “Movimento negro e cultura”, conta com sete textos

escritos por Beatriz entre 1985 e 1994 – sendo quatro publicados em vida e três datilografados advindos do acervo.

A seção inicia com o ensaio “Daquilo que se chama cultura”, em que a autora, com grande influência de estudos da psicanálise, discute sobre a necessidade de estabelecimento da figura de um *mito* ou *herói* nas coletividades subjetivas, apontando a discussão para a figura de Zumbi dos Palmares e sua *terra prometida*, o Quilombo de Palmares – questão que aparece também em seu documentário *Orí* (1989). Tanto este quanto o texto seguinte, “A luta dos quilombos: ontem, hoje e amanhã”, se mostram como sínteses dos temas com que trabalhou durante seu projeto de pesquisa principal.

A quarta parte do livro abriga também uma “Carta de Santa Catarina”, escrita depois de uma viagem de Beatriz a Florianópolis em 1990, para divulgação de seu documentário. Na carta, a autora conta sobre o processo de criação do filme, e dá uma verdadeira aula sobre a história dos movimentos negros brasileiros e sobre conceitos como raça, diáspora e colonialismo. De Florianópolis para o Rio de Janeiro, o título do penúltimo ensaio do livro já diz tudo: “Eram deuses os negros da ‘Pequena África’ no Rio de Janeiro” – texto-tema para o Carnaval do bloco afro *Alaafin Aiyê*, em 1990.

O livro finaliza com um ensaio de título bastante simbólico, certamente escolhido a dedo por Alex Ratts, e que sintetiza os sentidos sobre territórios negros construídos ao longo do livro e da obra de Beatriz: “Kilombo”.

A obra, enfim, apresenta profunda e suavemente o legado de Beatriz Nascimento, tornando-se leitura indispensável para aquelas e aqueles que, como a pesquisadora, desejam re-fazer, re-escrever e re-contar a história da população negra, a história do Brasil. O jeito de fazer isso, Beatriz teve a gentileza de nos ensinar enquanto esteve por aqui e Conceição Evaristo sintetiza muito bem: “é tempo de nos aquilombar”.

Referências

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. **Intérpretes**: Beatriz Nascimento. 1989. 91 min.

PASSOS, J. C. dos; SANTOS, Z. O. dos. (org). **Caminhos teóricos e metodológicos em pesquisas no campo das relações raciais**: o quê? Por quê? Com quem? Como? Florianópolis: Copiart, 2021.

Recebido em: 16 de dezembro de 2021.

Aceito em: 21 de março de 2022.